

GESTÃO DO Sr. SÉRGIO DE MARCO FRENTE À CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO E DERIVADOS.

Brasília - DF
19 de março de 2015

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



Deliberações da Câmara Setorial no período 2005/2006

À época da criação da câmara, constava da pauta da **primeira reunião da Câmara do algodão**:

- **Recursos para plantio e comercialização** (uso do FAT para pagar insumos);
- **Dólar alto**, sem preço mínimo sustentável para o algodão;
- Intensa discussão aos temas vinculados aos **transgênicos** (publicação de IN ou Portaria definindo as chamadas Zonas de Exclusão para a cultura);
- Necessidade de **melhorar a qualidade do algodão brasileiro** para alavancar as exportações.

Deliberações da Câmara Setorial no período 2005/2006

Nessa oportunidade também foram criados Grupos Temáticos para os seguintes assuntos:

1. GRUPO TEMÁTICO TRIBUTAÇÃO
2. GRUPO TEMÁTICO TRANSGÊNICOS
3. GRUPO TEMÁTICO PREÇO MÍNIMO E EQUALIZAÇÃO
4. GRUPO TEMÁTICO PADRONIZAÇÃO E QUALIDADE
5. GRUPO TEMÁTICO LOGÍSTICA
6. GRUPO TEMÁTICO FINANCIAMENTO E SEGURO AGRÍCOLA

Deliberações da Câmara Setorial no período 2005/2006

- Atuou junto ao **Ministro Roberto Rodrigues** para que intercedesse junto à CTNBIO, na análise dos eventos de **algodão transgênico** propiciando legalidade no cultivo desses materiais a partir da safra 2006/07.
- Solicitou-se formalmente ao Ministro L C Guedes, alocação de recursos orçamentários para o **PEPRO Algodão 2007**, reivindicando o aporte de recursos financeiros suficientes para a subvenção econômica da atividade.

Deliberações da Câmara no período 2006/2007

Solicitou-se ao Ministro REINHOLD STEPHANES a adoção de medidas de combate ao **Bicudo do Algodoeiro** no Brasil a partir da maior organização da Defesa Sanitária Vegetal no Governo Federal e nos Estados, com a **modernização da legislação sobre Defesa Vegetal** com ênfase em:

1. destruição de soqueiras como base para um programa de supressão do bicudo,
2. controle de plantas voluntárias que nascem às margens das rodovias,
3. definição de um calendário agrícola fixando épocas para o cultivo do algodão e o
4. registro de pastilha inseticida para ser usado nas armadilhas de captura e monitoramento do bicudo.

Deliberações da Câmara no período 2006/2007

Em resposta ao pleito dos cotonicultores solicitou-se o suplemento de mais 200 mil toneladas para o **PEPRO Algodão 2007**, que tinha como objetivo a manutenção dos mercados de exportação conquistados assim como os milhares de empregos gerados com a produção do algodão.

Também solicitou-se ao Ministro REINHOLD STEPHANES a alocação de recursos no Plano Agrícola e Pecuário de 2008/09, com aporte de R\$ 750 milhões para o **PEPRO Algodão 2008**, justificados pelo aumento proporcional verificado no custo de aquisição dos insumos.

Deliberações da Câmara no período 2006/2007

A Câmara sugeriu à BBM que implantasse um **sistema de cadastro de contratos de compra e venda de algodão** para fins estatísticos que abrangesse, tão somente, negócios não realizados com base nos regulamentos dessa instituição.

Essa medida possibilitou ao mercado e órgãos governamentais uma orientação sobre destino da produção brasileira de algodão, subsidiando a tomada de decisões e formulações de políticas amparados nas informações metodológicas e normatizadas da BBM.

Deliberações da Câmara no período 2006/2007

Encaminhou proposta à Secretaria de Política Agrícola de subvenção do **PEPRO Algodão** solicitando alocação de verba orçamentária da ordem de R\$ 550 milhões ao Ministério da Fazenda para alavancar sustentação de renda ao produtor de algodão brasileiro garantindo a permanência deste na atividade e manutenção dos postos de trabalho assegurando a presença do Brasil como importante fornecedor mundial de pluma.

Deliberações da Câmara no período 2006/2007

Manifestou-se às autoridades sobre o ***alto custo dos fertilizantes***, alertando que decisões políticas deveriam ser urgentemente tomadas para minimizar o custo de aquisição do insumo. Sugeriu-se que outras medidas de maior ou menor impacto sobre o tema fossem objeto de estudo por parte do Ministério com a finalidade precípua de preservar, não somente, a renda do produtor de algodão brasileiro mas como a de todas as outras culturas que compõe a balança comercial de exportação e da economia brasileira.

Deliberações da Câmara no período 2007/2008

Discutiu-se com o Ministro Stephanes, apoio à cotonicultura brasileira diante do agravamento da crise financeira mundial que produzia reflexos negativos sobre a situação econômica e liquidez financeira dos cotonicultores afetando, por conseguinte, a indústria têxtil e os fornecedores de insumos.

Pleitos:

- 1) A adequação do ***limite de crédito*** dos produtores junto aos agentes financeiros, ajustando-os à variação cambial e ao aumento do custo de produção, e prorrogação da vigência dos atuais limites por 90 dias.
- 2) ***Alongamento*** das operações de créditos de ACC por mais 90 dias,
- 3) Garantia da ***disponibilidade de crédito*** para atender à demanda por ACC, fixando o prazo destas operações para 455 dias,

Deliberações da Câmara no período 2007/2008

- 4) Implantação de **linha de crédito** para o financiamento da antecipação dos recebíveis do PEPRO – Prêmio Equalizador de Garantia do Valor Referência do algodão.
- 5) Garantia de apoio político para a adequação da dotação de recursos orçamentários para o Programa de Garantia de Preços Mínimos – **PEPRO ALGODÃO 2009**.
- 6) Ampliação da linha de crédito de **EGF (Empréstimo de Governo Federal)** para Indústria Têxtil.
- 7) A ampliação do prazo de comprovação do PEPRO.

Deliberações da Câmara no período 2007/2008

O Presidente da Câmara, Sérgio de Marco, registrou agradecimento ao Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes com relação a sua atuação eficiente no caso das medidas adotadas durante a ***revisão do processo antidumping aplicado sobre o herbicida glisofato.***

Deliberações da Câmara no período 2008/2009

Solicitou-se ao Ministro Stephanes a **Renovação de registro da molécula do inseticida Endosulfam**, que vinha sendo ameaçada de banimento ou restrição severa na sua comercialização no mercado o que prejudicaria a agricultura nacional. Por conseguinte, sugeriu-se cautela na análise das renovações desse registro levando-se em consideração seu papel importante para o processo produtivo de algodão no Brasil. Também, reforçou-se a idéia de que o Mapa lidere processo de convencimento da ANVISA - Ministério da Saúde e do IBAMA - Ministério do Meio Ambiente em favor da renovação de registro deste produto.

Deliberações da Câmara no período 2008/2009

Sugeriu-se a intervenção do Ministro Stephanes junto às autoridades competentes diligenciando medidas de caráter corretivo para ***contornar problemas com entraves no fluxo de exportações de algodão nos portos brasileiros***, acarretando perda de competitividade frente ao organizado mercado mundial concorrente beneficiado pelos fortes subsídios governamentais de outros países. Tais entraves são identificados pelas próprias autoridades como “entulhos burocráticos”.

Deliberações da Câmara no período 2008/2009

Outro assunto encaminhado ao Ministro foi o referente ***a necessidade do estabelecimento de “Política de sustentação da Cadeia Produtiva de Algodão”, frente à depressão na cotação internacional da commodity algodão***, pressionada tanto pelos estoques elevados quanto pela recessão mundial levando ao mercado ao seu ponto mais baixo em cinco anos.

Pleitos :

- 1) A realização de PEPRO Algodão 2009 no valor R\$ 800 milhões, para equalizar a safra brasileira.
- 2) Revisão do Preço Mínimo do Algodão, com a elevação deste, de acordo com o custo de produção publicado pela CONAB.
- 3) EGF para indústria têxtil nacional sem limite de teto. Esse empréstimo será o formador do capital de giro para a que a indústria têxtil adquira matéria-prima, contribuindo para a sustentação do mercado.

Deliberações da Câmara no período 2009/2010

Apresentou-se ao Ministro ***propostas para compor o Plano Agrícola e Pecuário para a Safra 2009/10***, a saber:

1)Revisão do Preço Mínimo do Algodão – referência de acordo com o custo de produção calculado pela CONAB. À época o Preço Mínimo em vigor não remunerava o custo de produção nas diversas regiões produtoras do Brasil.

2)Operações de PEPRO - equalizar a safra brasileira 2009/10.
A depressão na cotação internacional da *commodity* pressionada pelos estoques elevados e pela recessão mundial, levou ao mercado ao seu ponto mais baixo em cinco anos. Atribuiu-se à elevação dos custos dos insumos a responsabilidade pelo grande descasamento entre receita e despesa e consequente redução em 20% de área plantada brasileira em 2008/09.

•Deliberações da Câmara no período 2009/2010

3)EGF para indústria têxtil nacional sem limite de teto. O objetivo era sustentar o preço pago ao produtor, formando capital de giro facultando à indústria têxtil adquirir rapidamente matéria-prima. Naquele ano as previsões indicavam haver menos volume ofertado dada a redução na área plantada e produção. A idéia era evitar a importação de algodão em pluma, caso a indústria tivesse que disputar aquisição de matéria prima com a exportação.

4)Maior agilidade na CTNBIO na aprovação dos eventos transgênicos do algodão. Advento de novos sistemas de produção como o sistema de plantio adensado começaram a ser testados em lavouras comerciais naquele ano de 2009. Para tanto, necessitava-se ainda mais de insumos de alta tecnologia e variedades adequadas de genética avançada.

•Deliberações da Câmara no período 2009/2010

5. ***Aumento do Limite do Custeio para o algodão.*** Aumentar o limite de crédito para custeio rural por mutuário, baseado em uma metodologia que envolva o custo de produção, levando-se em consideração a própria regionalização dos limites financiados por mutuário.

6. ***Agilidade no processo de importação de máquinas de colheita de algodão sem similar no Brasil.***

Solicitou-se ao Ministro Stephanes:

1) *Certificação de Unidades Armazenadoras* junto à Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, cuja competência era avaliar as diretrizes e condições técnicas operacionais do referido sistema classificando-o como digno de certificação permitindo aos agentes armazenadores de algodão em pluma ao céu aberto a prerrogativa de emissão de títulos de crédito como o CDA/WA.

2) *Aumento do limite de financiamento do EGF(indústria) e Exclusão das restrições geográficas nacionais.* Dos atuais R\$ 20 milhões para R\$ 50 milhões por tomador e a ampliação, para todo o território nacional com ênfase imediata para os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

3) Operacionalização do programa PEPRO algodão / 2010, com montante de R\$ 440.000,00, recursos abrigados àquela época no Orçamento Geral da União. Inclusão do algodão na Portaria Interministerial (Ministérios da Agricultura, Fazenda e Planejamento) responsável pelo normativo dos programas oficiais de apoio à comercialização de produtos agrícolas, tendo como base a PGPM.

Deliberações da Câmara no período 2010/11

Solicitou-se ao Ministro Rossi:

1) Especial atenção na **Comercialização safra 2010/2011**, detalhando números e argumentos sobre a apreensão em que vive o setor produtivo do algodão e da indústria têxtil nacional, frente ao risco de colapso econômico em um cenário futuro do nosso Real sobrevalorizado em relação à moeda americana.

2) ***Que o Mapa lidere agenda que trate de políticas públicas voltadas à proteção cambial do exportador, junto aos demais Ministérios da área econômica***, com o objetivo de criar instrumentos valiosos de apoio à comercialização e que estejam amparados na legislação brasileira.

3) ***Medidas sobre o Impacto das novas alíquotas de IOF sobre financiamento agrícola.***

4) ***Desoneração da exportação de Algodão***, atuar junto ao Ministério da Fazenda, especialmente na Secretaria de Receita Federal para alterar os parágrafos 1º e 2º do artigo 170 da Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009.

Deliberações da Câmara no período 2010/11

Buscava-se possibilitar que as *tradings companies* nacionais realizem a exportação de algodão, em seu próprio nome (exportação indireta), sem nenhuma oneração adicional em relação às exportações realizadas diretamente pelos próprios produtores.

5) *Desoneração do IPI e ICMS incidentes sobre o Filme plástico especial utilizado para proteger o algodão colhido pela colheitadeira marca John Deere 7760* - pleito junto ao MAPA, MDICT, MF/CONFAZ

6) *Pleito ao BACEN para promoção adequação de suas disposições normativas, no sentido de conceder às trading companies, nas exportações indiretas, o direito de repassar (servir como veículo) às mesmas linhas internacionais de financiamento com maiores prazos e taxas de juros mais competitivas oferecidas aos produtores nacionais.*

7) *Revisão do Preço Mínimo do Algodão para o valor de R\$ 52,00.*

Deliberações da Câmara no período 2012/13

Foi feita a apresentação da segunda edição do livro **“A Cadeia do Algodão Brasileiro: Desafios e Estratégias - Safra 2012/2013”** com dados que confirmam a importância da cadeia do algodão para a economia brasileira. A publicação coloca o setor brasileiro do algodão como um dos mais formidáveis do mundo, a considerar o nível de organização, informação e tecnologia da cotonicultura nacional.

Com o aumento do consumo interno da fibra de algodão, a ABIT encaminhou pleito a presidente Dilma com kit Enxoval da área têxtil fabricado com algodão, para inclusão no programa “Minha Casa Melhor”, uma linha de crédito para quem participa do “Minha Casa Minha Vida”.

Deliberações da Câmara no período 2013/14

Representantes da ABIT e da ANEA solicitaram e a câmara aprovou pleito para Ampliação do valor da EGF para indústria e uma ampliação do limite para o produtor.

Buscando equiparar o Brasil aos padrões internacionais de Classificação tomando-se como exemplo as bem sucedidas experiências de sucesso em outros países, o Setor apresentou estudo sobre a Atualização das Normas de Classificação do Algodão Brasileiro. Essa atualização sugere que o Brasil fique no mesmo padrão internacional de outros países objetivando o ganho em competitividade.

Deliberações da Câmara no período 2013/14

Câmara Setorial manifestou apoio à Abrapa no que se refere as tratativas relacionadas ao questionamento da nova Farm Bill, a Lei Agrícola dos EUA, e seus impactos para a cotonicultura brasileira.

O programa americano de crédito e os subsídios aos consumidores e aos exportadores de algodão foram responsáveis pela queda dos preços internacionais no período que vai de 1999 a 2002. Isso causou prejuízo à produção brasileira e motivou a abertura subsequente do questionamento à Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o caso, alegando que as medidas listadas eram inconsistentes com as provisões do Acordo Agrícola e do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias.

Deliberações da Câmara no período 2013/14

Com o empenho da ABRAPA, da Câmara Setorial do Algodão, do MRE e MAPA, o acordo entre Brasil e Estados Unidos ***para o contencioso do algodão*** foi assinado dia 01/10/2014 em Washington como compensação aos eventuais prejuízos aos produtores brasileiros de algodão. Os Estados Unidos se comprometeram a repassar o valor de US\$ 300 milhões para o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA).

A Câmara também encaminhou ao Ministro da Agricultura com o apoio parlamentar, proposta de um novo Decreto para regulamentar a ***Lei de Registro de Defensivos Agrícolas*** baseado na Lei atual, corrigindo algumas distorções como medida imediata.

Deliberações da Câmara no período 2013/14

O ataque severo causado pela **Helicoverpa e o Bicudo** na cultura nos últimos anos provocaram todo o ano, ações da câmara setorial visando a Liberação de defensivos contra as duas pragas, bem como o estabelecimento de medidas de Manejo Integrado de Pragas, principalmente no tocante ao Refúgio. Foram realizados vários encontros técnicos, com renomados pesquisadores. A dificuldade no combate à helicoverpa, em não conseguiram importar o Benzoato de Emamectina por conta de uma recomendação do Ministério Público e a não liberação do uso pioraram os prejuízos na cultura. O Decreto de declaração de emergência do Ministério da Agricultura não foi levado em consideração pelo Ministério Público, deixando o produtor a mercê da praga acabando com a rentabilidade do negócio.

Quanto ao Bicudo, com a ocorrência no Mato Grosso, pode-se verificar que a erradicação do mesmo é muito difícil, mas o objetivo é a supressão da praga, sendo essa ação preferencialmente realizada na entressafra.

Deliberações da Câmara no período 2013/14

Com relação ao estabelecimento ***das Áreas de Refúgio***, a ABRAPA promoveu o Workshop sobre “Uso de Refúgio para Conservação da Eficácia do Algodão-Bt no Brasil”. Manifestou-se preocupação com os temas: A) Perda de eficácia da Tecnologia de milho Bt. B) Helicoverpa no Brasil. C) Aprovação de soja Bt.” - Debateu-se sobre a técnica de Manejo Integrado de Pragas - MIP denominada de Refúgio no plantio de transgênicos e deliberou-se aprofundar essa discussão no fórum organizado pelo Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA do MAPA em 11/6/2014 em Brasília com a expectativa de que sejam consolidadas normas e diretrizes sobre o tema em referência.

Abaixo seguem as demandas que permanecem em aberto:

DEMANDAS CSCP Algodão 2011/13			
RO	Data Reunião	Título	Situação
24	19/12/2011	Acompanhar a implementação do Programa de Combate ao Bicudo do Cosave	<i>Em andamento</i>
	19/12/2011	Solicitar ao Ministro o fortalecimento da estrutura da CGAA/SDA (Defesa Agropecuária)	<i>Em andamento</i>
25	12/04/2012	Articular junto á SPA recursos para o apoio à comercialização e implementação do sistema de contratos de opção.	<i>Em andamento</i>
	12/04/2012	Solicitar um assento no Conselho da CTNBio para representante dos Produtores Empresariais	<i>Em andamento</i>
	04/07/2012	Discutir com o DSV/SDA/MAPA a questão do Certificado Fitossanitário	<i>Em andamento</i>
	05/12/2012	IN 63 sobre regulamento técnico de identificação e qualidade para algodão em pluma, e IN 54 que trata das condições de credenciamento de laboratórios.	<i>Em andamento</i>
	05/12/2012	Pesos das cargas por eixo.	<i>Em andamento</i>

Muito Obrigado !

**Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do
Algodão e Derivados**

**Coordenação-Geral de Apoio as Câmaras
Setoriais e Temáticas**

Fone: (61) 3218-2772

camara.algodao@agricultura.gov.br